

# PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis  
Um trabalho coletivo do CES



# PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis  
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sã  
inscrita na Lista do Património  
Mundial em 2013

COMPETE  
2020  
PROGRAMA OPERACIONAL COMERCIO E INOVAÇÃO

PORTUGAL  
2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional

FCT  
Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

# PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

## Coordenador

José Reis

## Editor

Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

## Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

## Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

## Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

## ISBN

978-989-8847-25-6

# INTERESSES PRIVADOS, CUSTOS SOCIAIS

Vítor Neves

Em Portugal, e de uma forma generalizada à escala global, a economia tem-se vindo a estruturar em torno de arranjos institucionais assentes na lógica do dinheiro e da busca do lucro empresarial. Cada vez mais, a pessoa humana, o bem comum e a perspetiva do desenvolvimento humano sustentável são sacrificados à prossecução dos interesses privados e as pessoas, quais trabalhadores chaplinianos dos *Tempos Modernos*, transformadas em peças de uma máquina cuja lógica inexorável as ultrapassa. O capitalismo neoliberal tem vindo a acentuar esta lógica (o inadequadamente designado “economicismo”), conduzindo a uma progressiva generalização do mercado a todas as esferas da vida. A lógica dos interesses privados e do mercado impõe-se também nas áreas em tempos consideradas não mercantis: na saúde, nas áreas do cuidado, na investigação científica, na organização do trabalho, das cidades e do sistema de transportes. Tempo é dinheiro; a vida humana é reduzida a um valor estatístico; a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade da vida constituem um custo que se tem de confrontar com o do sacrifício do modo presente de organização da vida social. Capturados por esta lógica, os Estados de bem-estar social esboroam-se. O resultado é um desfasamento crescente entre o que a sociedade legitimamente espera da economia e o que ela realmente obtém – os chamados “custos sociais” do capitalismo. Quem vai pagar estes custos?

O problema dos custos sociais do capitalismo pode ser colocado a diferentes níveis. Desde logo, o dos arranjos institucionais que os geram. Mas também das ideias que subjazem a tais arranjos e que os sustentam. A alternativa constrói-se em ambos os planos. Os custos sociais decorrem de uma lógica específica que importa desconstruir: a de que os mercados ditam o valor das coisas, das pessoas e da vida. É preciso romper com a ideia de racionalidade económica assente na contabilidade mercantil e discutir os critérios de valoração económica: a incomensurabilidade dos valores e os limites do cálculo monetário; a inadequação da eficiência e do crescimento económico, medido com base no Produto Interno Bruto, como critérios de avaliação do desempenho da economia; a importância de uma nova contabilidade social. E é fundamental resgatar a pessoa e a sustentabilidade da vida como critérios últimos de valoração de todas as políticas. Implica o regresso da economia (como ciência e como prática) à ética e o pensar a economia e a política em termos de justiça social e solidariedade. Saber quem paga os custos sociais do capitalismo convoca-nos, em última análise, para a discussão de um novo modelo de desenvolvimento, cidadania e participação democrática. Este exige novas formas de pensar o “económico” e o fomento do que Amartya Sen designou como “capacidades” (ou “capacitações”) – a criação das condições para que as pessoas se possam realizar plenamente e construïrem um outro futuro.